



## MERCADOS



## Bovespa cai 0,9% e fecha no menor nível desde 14 de agosto

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) oscilou ao sabor do comunicado do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) e das palavras do presidente da instituição dos Estados Unidos, Jerome Powell, após a decisão - conforme a expectativa majoritária do mercado - de cortar a taxa de juros da maior economia do mundo em 50 pontos-base, a primeira redução desde 2020, o que a princípio deu impulso moderado aos índices de ações em Nova York no meio da tarde - mas não sustentado também por lá no fechamento do dia, levemente negativo..

De olho no Fed mas à espera do Copom, a corrente do dia manteve o Ibovespa (Índice Bovespa) em modo de cautela ao longo desta 'super quarta' em que o índice de referência esboçou reação no meio da tarde, mas encerrou na mínima do dia, em queda de 0,9%, aos 133 747,66 pontos. O giro foi bastante reforçado, a R\$ 37,6 bilhões, nesta quarta-feira de vencimento de opções sobre o índice.

Na semana, em retração nas últimas duas sessões, o Ibovespa cai 0,84%, colocando a perda do mês a 1,66%. No ano, o índice passou ontem também ao negativo (-0,33%). Agora aos 133,7 mil pontos, foi o menor nível de fechamento desde 14 de agosto.

A referência da B3 mudou de sinal e testou alta nos minutos seguintes à divulgação do comunicado do Fed, às 15h, e voltou a renovar máxima do dia depois das 15h30, aos 135.203,32 pontos, durante a fala do presidente da instituição.

Ao decidir pela redução dos juros em 0,5 ponto porcentual, o Federal Reserve apontou em comunicado que seus dirigentes têm registrado "maior confiança de que a inflação está se movendo de forma sustentável em direção a 2%, e julga

que os riscos de atingir seus objetivos para emprego e inflação estão aproximadamente equilibrados." De acordo com o documento, "o cenário econômico é incerto e o Comitê está atento aos riscos dos dois lados do mandato duplo".

O Fed alterou a redação de trecho do comunicado que trata da inflação, destacando progressos na área. O Federal Reserve cortou os Fed Funds em 50 pontos-base, para a faixa de 4,75% a 5% ao ano, em decisão por 11 votos a 1.

Para além da decisão do Fed, o dia não foi bom para as ações de commodities, com Petrobras (ON -1,73%; PN -2,4%, mínima do dia no fechamento) e Vale (ON -1,17%) à frente, assim como para outro setor de peso, o financeiro (Bradesco ON -1,16%, piso do dia no encerramento; Itaú PN -0,57%), o que segurou o Ibovespa no negativo, aprofundando perdas em direção ao fechamento.

Na ponta ganhadora na B3, Braskem (+4,76%), Usiminas (+2,79%) e São Martinho (+2,57%), dentre os componentes do Ibovespa. No lado oposto, Azul (-10,08%), CSN Mineração (-8,26%) e Marfrig (-5,44%). Em Nova York, os ganhos da tarde se transformaram em leves perdas no fechamento: -0,25% (Dow Jones), -0,29% (S&P 500) e -0,31% (Nasdaq).

### DÓLAR

O dólar emendou sexto pregão consecutivo de baixa no mercado doméstico ontem, dia que marcou o começo do tão aguardado ciclo de relaxamento monetário nos Estados Unidos e deve trazer o início de um processo de alta da taxa Selic.

No fim do dia, a divisa recuava 0,48%, cotada a R\$ 5,4617 - menor valor de fechamento desde 19 de agosto (R\$ 5,412). Nos últimos seis pregões, o dólar já caiu 3,7%. Em setembro, a desvalorização é de 3,08%.

## CONTRATOS

## Câmara aprova PL que dispensa licitações em situações de calamidade

VICTOR OHANA/AE

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, um projeto de lei que dispõe sobre medidas excepcionais para a aquisição de bens e de serviços, inclusive de engenharia, em casos de estado de calamidade pública. A matéria vai para sanção presidencial.

O texto substitui Medidas Provisórias vigentes desde maio para dar socorro ao Rio Grande do Sul, após as enchentes deste ano. O projeto prevê como "medidas excepcionais": a dispensa de licitação para a aquisição e a contratação de obras e de serviços, inclusive de engenharia; reduzir pela metade os prazos mínimos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos; prorrogar contratos para além dos prazos estabelecidos

na Lei por no máximo 12 meses; e firmar contrato verbal quando o valor for inferior a R\$ 100 mil.

O texto também dispensa a elaboração de estudos técnicos preliminares e admite a apresentação simplificada de termo de referência, de anteprojetos ou de projeto básico. O termo de referência deve conter a declaração do objeto, a fundamentação simplificada da contratação, a descrição resumida da solução apresentada, os requisitos da contratação, os critérios de medição e de pagamento e a estimativa de preços.

Apesar de terem sido idealizadas para o Rio Grande do Sul, essas regras também poderão servir para Estados em calamidade pública por outras causas, como as queimadas.

## SELIC

# Copom eleva juros básicos da economia para 10,75% ao ano

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Alta recente do dólar e as incertezas em torno da inflação fizeram o Banco Central (BC) elevar os juros pela primeira vez em mais de dois anos. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) aumentou a taxa Selic, juros básicos da economia, em 0,25 ponto porcentual, para 10,75% ao ano. A decisão era esperada pelo mercado financeiro.

A última alta dos juros ocorreu em agosto de 2022, quando a taxa subiu de 13,25% para 13,75% ao ano. Após passar um ano nesse nível, a taxa teve seis cortes de 0,5 ponto e um corte de 0,25 ponto, entre agosto do ano passado e maio deste ano. Nas reuniões de junho e julho, o Copom decidiu manter a taxa em 10,5% ao ano.

### INFLAÇÃO

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor

(IPCA). Em agosto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial, ficou negativo em 0,02%. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a queda no preço da energia puxou o índice para baixo, mas o alívio na inflação é temporário.

As tarifas de luz subirão a partir de setembro por causa da bandeira tarifária vermelha. Além disso, a seca prolongada terá impacto no preço dos alimentos. Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu que o choque de oferta de alimentos não seja resolvido por meio de juros.

Com o resultado, o indicador acumula alta de 4,24 em 12 meses, próximo do teto da meta deste ano. Para 2024, o Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou meta de inflação de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto porcentual. O IPCA, portanto, não podia superar 4,5% nem ficar abaixo de 1,5% neste ano.

No último Relatório de Inflação, divulgado no fim de junho pelo Banco Central, a autoridade monetária manteve a previsão de que o IPCA termine 2024 em 4%, mas a estimativa pode mudar por causa da alta do dólar e do impacto da seca prolongada sobre os preços. O próximo relatório será divulgado no fim de setembro.

As previsões do mercado estão mais pessimistas. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 4,35%, perto do teto da meta. Há um mês, as estimativas do mercado estavam em 4,22%.

### CRÉDITO MAIS CARO

O aumento da taxa Selic ajuda a conter a inflação. Isso porque juros mais altos encarecem o crédito e desestimulam a produção e o consumo. Por outro lado, taxas maiores dificultam o crescimento econômico. No último Relatório de Inflação, o Banco Central aumentou para 2,3% a projeção de crescimento

para a economia em 2024, mas o número deve ser revisado após o crescimento de 1,4% no Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre.

O mercado projeta crescimento bem melhor. Segundo a última edição do boletim Focus, os analistas econômicos preveem expansão de 2,96% do PIB em 2024.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir.

## CNI diz receber com 'total indignação' elevação da taxa Selic em 0,25 ponto

SANDRA MANFRINI/AE

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) afirmou ontem, por meio de nota, ter recebido "com total indignação" a decisão de ontem do Comitê de Política Monetária (Copom), que elevou a taxa de juros Selic em 0,25 ponto porcentual, para 10,75% ao ano. Na avaliação da entidade, o nível da Selic antes da reunião desta quarta-feira "era mais do que suficiente para manter a inflação sob controle" e a decisão vai prejudicar

a criação de emprego e renda para a população.

"É emblemático que no mesmo dia em que os Estados Unidos decidem baixar a taxa básica após meses, o Brasil resolva o contrário, elevar a Selic. Torna a nossa diferença de juros reais ainda mais grave e cria condições desfavoráveis ao investimento no país. Até que ponto a especulação do mercado futuro de juros influencia as narrativas da expectativa de inflação futura?", questiona o presidente da

CNI, Ricardo Alban.

A CNI destaca que a elevação da Selic mantém o Brasil em 3º lugar entre as maiores taxas de juros do mundo, atrás apenas da Turquia e Rússia. "Juntamente com o nosso problema de elevação spread bancário - também o 3º maior do mundo -, esse fator empurra o País para fora da disputa mundial pela produção", diz a nota.

A entidade pontua ainda que a alta na taxa de juros "joga contra" a recuperação da indústria de

transformação e do investimento. "Por tudo isso, fica claro que subir a Selic foi uma decisão totalmente equivocada do BCB. Nesse contexto, é fundamental que o BCB retome os cortes na taxa de juros o quanto antes. Apenas com um ambiente de menor custo de financiamento é que as empresas conseguirão viabilizar projetos de investimento que são essenciais para o aumento da produtividade e da capacidade produtiva, com ganhos para o crescimento da economia", conclui Alban.

## 2024

## TCU aprova relatório com alerta sobre risco de não obter meta fiscal

RENAN MONTEIRO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou ontem, um relatório com alerta para o governo federal sobre o risco de descumprimento da meta de resultado primário de 2024, a partir da arrecadação proveniente de disputas no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). O documento aponta que a arrecadação até 6 de agosto de 2024 foi de apenas R\$ 83,35 milhões ou 0,22% da estimativa

prevista para o ano.

"Em razão do volume de recursos inseridos na estimativa de receita primária a título de voto de qualidade do Carf, da baixa arrecadação dessa receita até 6/8/2024, da sensibilidade da receita às premissas quanto à adesão dos contribuintes ao parcelamento e, ainda, do espaço fiscal limitado para cumprimento do limite inferior do resultado primário nas estimativas do RARDP do 3º bimestre de 2024, torna-se imperativa uma

reavaliação dessa receita pelo Executivo", aponta o relatório.

O retorno do voto de qualidade no Carf levou à inclusão inicial de receita de R\$ 54,7 bilhões no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2024. Houve revisão para baixo na avaliação bimestral.

No Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) do 3º bimestre de 2024, a estimativa de arrecadação estava em R\$ 37,71 bilhões.

As estimativas de receita pri-

mária, incorporado recursos via litígios administrativos, é uma das principais frentes prevista para meta de zerar o déficit nas contas públicas, ou ficar na banda entre -0,25% e superávit de 0,25%.

O documento ressalta que a Instituição Fiscal Independente (IFI), em seu Relatório de Acompanhamento Fiscal, de agosto, considera a possibilidade de serem arrecadados R\$ 3,8 bilhões no período entre julho e dezembro de 2024.

## Nota

### LULA SANCIONA LEI DO TURISMO E FNAC PODERÁ SER USADO PARA AVAL DE FINANCIAMENTOS DE AÉREAS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou ontem, mudanças na Lei Geral do Turismo em cerimônia no Palácio do Planalto. Dentre as novidades, estão modificações de regras sobre o Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), que agora poderá ser utilizado como fonte garantidora para financiamentos a companhias aéreas. A estimativa é de R\$ 5 bilhões anuais em crédito. O texto sancionado é fruto da

aprovação do Projeto de Lei 1 829/2019 pela Câmara no último dia 28. Além da medida voltada para as empresas aéreas, a atualização da legislação brasileira de turismo flexibiliza regras para hospedagem de crianças e adolescentes, ampliando os representantes que podem autorizar a estadia. Enquanto atualmente é preciso que o menor esteja acompanhado por um dos pais, representante legal ou com um termo de autorização assinado pelos pais, agora também poderão assumir esse papel parentes como avós, irmãos maiores de idade ou tios, desde que comprovado o parentesco.

Diário do  
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899

## Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE





NEGACIONISMO

# Sete em cada 10 municípios têm risco alto para 'pólio'

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

**D**os 5.570 municípios brasileiros, pelo menos 68% estão classificados atualmente como em risco alto ou muito alto para poliomielite, conhecida popularmente como paralisia infantil. O índice representa um total de 3.781 cidades, sendo a maioria (2.104) categorizada com alto risco para a doença. Há ainda 1.342 municípios brasileiros classificados como em médio risco e apenas 447 catalogados como em baixo risco para a pólio.

Os dados foram apresentados ontem durante a 26ª Jornada Nacional de Imunizações, em Recife, e constam no Plano de Mitigação de Risco de Reintrodução do Poliovírus Selvagem e Surgimento do Poliovírus Derivado da Vacina. Ao comentar os números, a consultora em imunizações da Organização Pan-Americana da

Saúde (Opas) Franciele Fontana avaliou o cenário como preocupante.

"Vemos grande parte do país em vermelho e em vermelho forte", disse, ao se referir às cores que sinalizam riscos elevados para a doença, erradicada do território brasileiro em 1994, após uma série de campanhas de vacinação em massa. O último caso de pólio no país foi confirmado em março de 1989. "A gente vem de uma série histórica de alto e muito alto risco de introdução no país e isso nos preocupa", completou.

A série histórica a que Franciele se refere são os resultados de uma avaliação de risco feita pela Comissão Regional de Certificação para a Erradicação da Pólio na Região das Américas. Em 2020 e em 2021, por exemplo, o Brasil havia sido classificado como em risco alto para a doença. Já em 2022, a categorização subiu para risco muito al-

to, ao lado do Haiti e da República Dominicana. No ano passado, o país voltou a registrar risco alto para pólio.

As coberturas vacinais contra a doença no Brasil sofreram quedas ao longo dos últimos anos. Em 2022, a cobertura ficou em 77,19%, longe da meta de 95%. Em 2023, o índice subiu para 84,63%.

RECOMENDAÇÕES

Franciele lembrou que, em junho deste ano, a comissão emitiu uma série de recomendações ao Brasil, incluindo investigar as causas das baixas coberturas vacinais contra a pólio. Dentre as hipóteses elencadas pela entidade estão o acesso limitado a doses em áreas mais remotas, a quantidade insuficiente de doses em determinadas localidades e a hesitação ou desconfiança da população acerca do imunizante.

A comissão também pediu ao

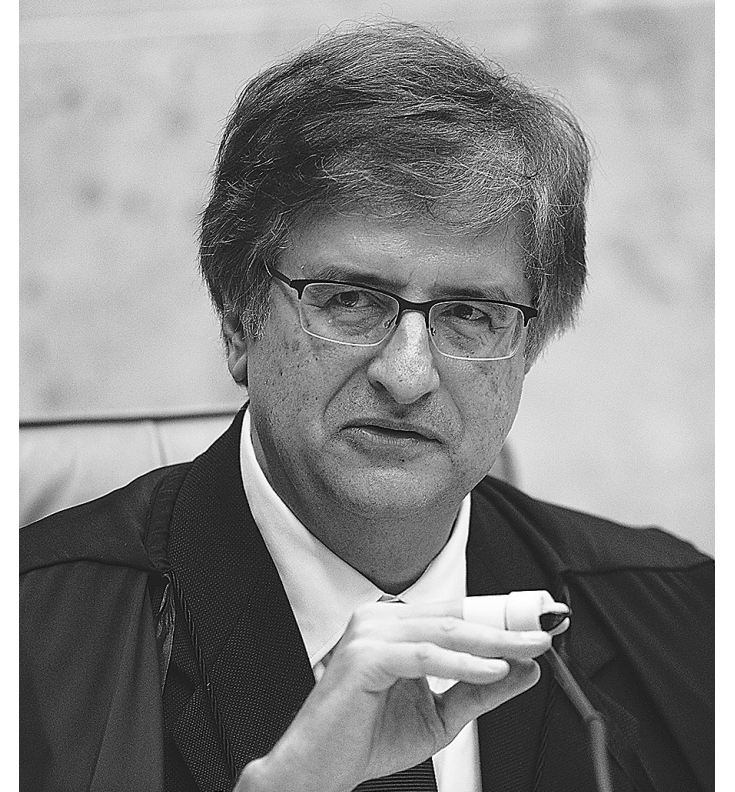
Brasil que priorize a vacinação em municípios classificados como em alto risco para pólio, iniciando as ações onde a taxa de imunização é inferior a 50%. Outra estratégia sugerida consiste num sistema de recompensa destinado a estados e municípios que cumpram metas definidas. A entidade solicitou ainda que uma comissão nacional se reúna uma vez ao ano para tratar do tema.

Por fim, a comissão sugeriu ao Brasil realizar um exercício de simulação para pólio que envolva todos os setores relevantes, encenando uma resposta a um surto da doença no país. "Precisamos que todas as nossas salas de vacina estejam abastecidas com insumos pra que a gente não perca oportunidades", avaliou Franciele, ao citar ainda que serviços de rotina em saúde precisam estar prontos para captar eventuais casos da doença.

PREFEREM A CADEIA

# Metade dos golpistas do 8/1 rejeita acordo oferecido pela PGR

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



RAYSSA MOTTA/AE

Mais da metade dos acordos de não persecução penal oferecidos pela Procuradoria-Geral da República (PGR) para réus do 8 de Janeiro foram ignorados. Das 1,2 mil propostas, mais de 600 ficaram sem resposta.

O procurador-geral da República Paulo Gonet (foto) afirmou ontem, que ele e a equipe ficaram surpresos ao constatar que os réus preferem responder aos processos criminais.

O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), declarou que a opção por rejeitar o acordo parece "claramente uma manifestação ideológica".

"Para deixar claro que é um mito que é um conjunto de pessoas inocentes que estavam lá sem saber bem o que

estava acontecendo, estão recusando o acordo que envolve a devolução do passaporte e a retirada da torçãozeleira. Portanto, parece claramente uma manifestação ideológica de permanecer preso, ser condenado, em lugar de aceitar uma proposta de acordo que me parece bastante moderada", afirmou Barroso.

O acordo de não persecução penal é um instrumento jurídico em que o réu confessa o crime e se compromete a cumprir uma série de cláusulas, como o pagamento de multa e a prestação de serviços comunitários, para encerrar o processo criminal e revogar eventuais medidas cautelares, como o uso de tornozeleira eletrônica. Esse benefício só está disponível para crimes de menor potencial ofensivo, cometidos sem violência, e com pena máxima prevista de quatro anos.

ANPP

# STF: réus antes do pacote anticrime têm direito a acordo

RAYSSA MOTTA/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu ontem, que o acordo de não persecução penal (ANPP) pode ser oferecido a réus processados antes da vigência do pacote anticrime, aprovado em 2019, desde que eles não tenham sido condenados em definitivo antes da lei entrar em vigor e mesmo se não tiverem confessado o crime no curso do processo. As defesas também não precisam ter manifestado interesse prévio na assinatura do acordo.

A aplicação retroativa do ANPP não vale para condenações que já transitaram em julgado, ou seja, que não podem mais ser objeto de recurso.

Ficou definido que as propostas de acordo devem ser analisadas e eventualmente homologadas na instância onde tramitam os processos. O objetivo é evitar que as ações tenham que ser remetidas à primeira instância, adiando seu desfecho.

Quando a ata do julgamento for publicada pelo STF, promotores e procuradores do Ministério Público devem se manifestar nas ações penais em andamento para justificar se há ou não possibilidade de ANPP. Essa análise deve ser feita "na primeira oportunidade", segundo a tese aprovada pelo Supremo Tribunal Federal. O pronunciamento pode ser feito de ofício, ou seja, por iniciativa do próprio MP, a pedido da defesa ou a partir de provocação do juiz da causa.

O acordo de não persecução penal é um instrumento jurídico em que o réu confessa o crime e se compromete a cumprir uma série de cláusulas, como o pagamento de multa e a prestação de serviços comunitários, para não responder ao processo criminal. Esse benefício só está disponível para crimes de menor potencial ofensivo, cometidos sem violência, e com pena máxima prevista de quatro anos.

Os ministros definiram em agosto que o ANPP deveria ser aplicado retroativamente, mas ainda precisavam estabelecer a regra de transição, o que foi feito nesta quarta, após debates internos e com o Ministério Público.

Dados reunidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostram que 1.695.455 ações penais em tramitação podem ser afetadas pela decisão do STF. A expectativa dos ministros é reduzir a fila de processos.

"Tenho certeza que os impactos do instituto serão sentidos durante as próximas décadas, em uma nova perspectiva de justiça penal capaz de trazer a prevenção do ilícito sem a necessidade obrigatoriamente de recolhimento à prisão", defendeu André Mendonça.

Os ministros também reconheceram o poder discricionário do Ministério Público para propor esses acordos. Cabe ao promotor ou procurador responsável avaliar se o caso preenche os requisitos necessários para iniciar as negociações.

MATO GROSSO

# STF manda pagar pensão vitalícia a ex-governador que assumiu por 33 dias

PEPITA ORTEGA E FAUSTO MACEDO/AE

Por quatro votos a um, os ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal mandaram restabelecer a pensão vitalícia do ex-governador de Mato Grosso Moisés Feltrin, que ficou no cargo por 33 dias em 1991. Os ministros ainda determinaram o pagamento retroativo de parcelas que Feltrin não recebe desde novembro de 2018, quando o governo de Mato Grosso cortou os repasses acatando decisão da própria Corte máxima.

O salário atual do governador de Mato Grosso é de R\$ 30.862,79. Feltrin vai receber R\$ 33 mil, apurou o *Estadão*. À época em que ocupou a cadeira no Palácio Paiaguás, sede do Executivo estadual, Feltrin, então no PFL, exercia mandato de deputado estadual e presidia a Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Feltrin assumiu o governo porque o governador Carlos Bezerra renunciou. Ao mesmo tempo, o vice Edison Freitas de

Oliveira se afastou por problemas de saúde. Após breve período no poder, Feltrin transmitiu o cargo para o novo governador eleito Jayme Campos.

A partir de 1999, Feltrin passou a receber a pensão vitalícia. Em 2018, porém, o próprio STF cortou o privilégio a ex-chefes de Executivo no bojo de uma ação movida pela Ordem dos Advogados do Brasil 15 anos antes, em 2003.

Ao acionar o STF, a Ordem citou especificamente o caso de Feltrin que, à época, há 21 anos, recebia R\$ 12.582,00 mensais.

No julgamento que agora restabelece a pensão vitalícia a Feltrin, os ministros Dias Toffoli, André Mendonça e Kassio Nunes Marques seguiram o posicionamento do decano Gilmar Mendes (foto). Ele destacou as "peculiaridades fáticas" do caso - apesar de o próprio STF ter declarado inconstitucional o pagamento de pensão a ex-governadores.

Restou vencido o ministro Edson Fachin, relator, que argumentou a impossibilidade de o colegiado rediscutir uma deci-



ABRASIL

são já tomada pelo plenário.

Gilmar frisou que, quando pediu ao STF o restabelecimento de sua pensão, Feltrin estava com 81 anos e já recebia o benefício suspenso pelo governo de Mato Grosso havia mais de 20 anos - desde 1999.

"Não há cruzada moral que justifique, à luz das garantias constitucionais, a abrupta supressão do benefício recebido de boa-fé durante décadas por pessoa idosa, sem condições de reinserção no mercado de trabalho", justificou Gilmar.

Na avaliação do ministro, a

pensão paga ao ex-governador não é um "privilégio odioso", mas um "benefício de caráter alimentar recebido há anos por indivíduo que, tendo confiado na legislação e na administração, já não mais tem condições de suprir, em razão da avançada idade, suas necessidades no mercado de trabalho".

Gilmar invocou outros casos em que o STF determinou o restabelecimento de pensões de ex-governadores e ponderou que, considerando a garantia constitucional da segurança jurídica e do princípio da proteção legítima, não é mais possível reverter o benefício a Feltrin.

Para o decano, o fato de o ex-governador Moisés Feltrin ser idoso, sem possibilidade de reinserção no mercado de trabalho e ter recebido a pensão por longo período justifica a manutenção dos repasses mensais.

A decisão foi dada durante julgamento virtual de um pedido de Feltrin. Ele requereu o restabelecimento da pensão, barrada após o Supremo declarar inconstitucional o pagamento do benefício a ex-governadores.

QUEIMADAS

# Bombeiros de MT monitoram incêndios em 28 fazendas de 21 municípios

O Corpo de Bombeiros de Mato Grosso informou ontem, em nota, que o Batalhão de Emergências Ambientais monitora incêndios em 28 fazendas de 21 municípios, além de fogo na região da BR-364, em Brasnorte. Os municípios nos quais as fazendas se situam são Tabaporã, Cláudia, Nova Maringá, Lucas do Rio Verde, Itanhanga, Nova Mutum, União do Sul, Sinop, Nova Ubiratã, São José do Rio Claro, Santa Terezinha, Porto Alegre

do Norte, Serra Nova Dourada, Araguaiana, General Carneiro, Vila Rica, Santa Cruz do Xingu, Confresa, Luciara, Cocalinho e Colniza.

Além disso, a corporação combatia, na terça-feira, 31 incêndios florestais, situados principalmente no Pantanal de Mato Grosso. "As equipes se dividem na região da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Sesc Pantanal, em Barão de Melgaço; Parque Estadual do Guirá e região da Baía Grande,

próximo a Estação Ecológica do Taiaimã, em Cáceres; e na Fazenda Laguna, próxima a Terra Indígena Tereza Cristina", diz a nota da corporação.

O BEA também monitora incêndios na Área de Proteção Ambiental dos Meandros do Rio Araguaia, em Cocalinho; na Terra Indígena Capoto Jarina, em Peixoto de Azevedo; e na Aldeia Utiariti, em Campo Novo do Parecis. "O Corpo de Bombeiros só não entrou nos locais porque é necessária autorização dos ór-

gãos federais", ressalta no comunicado.

Além desses incêndios, o Corpo de Bombeiros também atua em Chapada dos Guimarães, Santo Antônio do Leverger, Nossa Senhora do Livramento, Alto Araguaia, Paranatinga, Pedra Preta, Guiratinga, Alto Paraguai, Sinop, Nova Mutum, Diamantino, União do Sul, Sorriso, Ribeirão Cascalheira, Novo Santo Antônio, Cáceres, Aripuanã, Juína, Juara, Tangará da Serra e Novo Mundo.

Nota

## GOVERNO COLOCARÁ R\$ 1,5 BI CONTRA DENGUE E AGUARDA VACINA DO BUTANTAN, DIZ NÍSIA TRINDADE

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, disse ontem, que o governo federal dedicará R\$ 1,5 bilhão para as ações contra a dengue nos próximos meses. Ela também afirmou que o governo aguarda liberação da Anvisa para a vacina contra a doença desenvolvida pelo Instituto Butantan. "Temos uma estimativa

para o ano que vem, tudo dando certo, de um milhão de doses do Instituto Butantan, que será de dose única, mas teremos confirmação de todos esses dados a partir do encaminhamento à Anvisa", disse a ministra. Ela também mencionou a compra de vacinas da farmacêutica japonesa Takeda. Seriam 9 milhões de doses, no total, para serem divididas entre os Estados. A distribuição deverá ser pactuada nos próximos 15 dias, de acordo com ela.

**QUAEST**

# Pesquisa aponta Paes com 57%, Ramagem, 18%, e Tarcísio com 4%

O atual prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), tem 57% das intenções de voto, segundo nova pesquisa do instituto Quaest divulgada ontem. O deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) no governo de Jair Bolsonaro (PL), tem 18% e o deputado federal Tarcísio Motta (PSOL-RJ) aparece com 4% da preferência dos eleitores.

O ex-deputado federal Cyro Garcia (PSTU) aparece com 2%. O deputado estadual Rodrigo Amorim (União), Mar-

celo Queiroz (PP) e Carol Sponza (Novo) têm 1%, cada. Juliette Pantoja (UP) e Henrique Simonard (PCO) não pontuaram. Votos em branco e nulos somam 10%, e 6% não sabem responder.

A Quaest fez entrevistas presenciais com 1.140 eleitores cariocas entre os dias 15 e 17 de setembro de 2024. A margem de erro é de três pontos percentuais e o nível de confiança é de 95%. O levantamento está registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número RJ-02944/2024.

**ALERJ**

# Petista e bolsonarista brigam por 'Todynho'

VINÍCIUS NOVAIS/AE

O deputado estadual do Rio de Janeiro Renato Machado (PT) chamou o colega Renan Jordy (PL) para brigar "lá fora". A discussão se deu quando Jordy anunciou que faria um projeto de lei para condecorar Jojo Todynho.

Em seu discurso, o deputado disse que Todynho era uma mulher negra e de direita e que por isso era atacada pela "claque" de esquerda que classificou como "escravocratas". Procurado, Machado disse que respondeu com a mesma intensidade; Jordy declarou que não atacou Machado diretamente.

A discussão aconteceu durante a sessão da Assembleia do Rio de Janeiro (Alerj) de terça-feira passada. No episódio, Jordy parabenizou a artista por "sair da senzala ideológica" da "claque esquerdista". Jojo Todynho se declarou uma mulher conservadora e fez publicações de apoio a Alexandre Ramagem, candidato do PL à prefeitura do Rio.

Segundo Jordy, os partidos de esquerda pregam amor, mas odeiam os que pensam diferente. O deputado então os chamou de "escravocratas do século XXI", "senhores de engenho" e "capatazes do pensamento". Por fim, Jordy disse que está fazendo um projeto para condecorar com a medalha Tiradentes, a maior honraria do estado, à cantora.

Mais adiante na sessão, Re-

nato Machado (PT) rebateu as acusações e se ofendeu com os adjetivos usados. "Quando você se dirige à 'claque', está me incluindo. Você me respeite. Sou um cidadão de bem, pai de família, pastor evangélico e negro. Se você quiser arrumar problema pessoal comigo, você arruma lá fora", disse.

Machado, que se identificou como um homem negro, disse que Jordy não deveria incluí-lo no que chamou de claque. Enquanto o petista falava, apontando o dedo para o adversário, Jordy fez um gesto de passar o dedo sobre o antebraço. Machado considerou isso um gesto racista e disse que vai "tomar as providências cabíveis" e enviar o vídeo do ocorrido ao Ministério Público. Questionado sobre o gesto, Jordy disse que, durante a fala do petista, ele dizia de forma sarcástica "estou morrendo de medo" e o gesto com o dedo seria sobre estar arrepiado.

Sobre o convite para briga, Jordy disse que o adversário "tem histórico de ameaças" e que não sabe se o convite de "espearar lá fora" era para "brigar ou me matar". Machado declarou por meio de nota que "Jordy usou de extrema violência verbal ao se referir aos integrantes do Partido dos Trabalhadores. Isso causou extrema revolta e indignação em Renato, que respondeu com a mesma veemência, mas ao dizer que esperava lá fora, mostrou que o plenário da Alerj não é espaço para aquele tipo de provocação".

**GETÚLIO VARGAS**

# Castro inaugura 1ª fase de obras de hospital

O governador Cláudio Castro inaugurou, ontem, a primeira fase das obras de reforma do Hospital Estadual Getúlio Vargas (HEGV), localizado na Penha Circular, Zona Norte do Rio. A revitalização incluiu o acesso da emergência e a Unidade de Terapia Intensiva (UTI), que tem 20 leitos. Também foram adquiridos novos equipamentos, num investimento total de R\$ 10,6 milhões.

"O Getúlio Vargas é um hospital fundamental pela complexidade dos atendimentos que realiza, principalmente, em traumatologia. Com seus 85 anos, precisava dessa modernização que estamos realizando. É uma obra complexa, porque está sendo feita com a unidade em funcionamento. Mas os investimentos já se refletem na ampliação e na qualificação da capacidade de atendimento do hospital" afirmou o governador Cláudio Castro, que visitou a unidade com a secretária de Estado de Saúde, Cláudia Mello.

Nesta primeira fase, também foi reformado o Núcleo de Atenção à Família (NAF) e foi criado o Espaço TEA, setor destinado para a realização de exames de eletroencefalograma com sedação para atender com excelência pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Em breve, a unidade receberá um tomógrafo fixo, um aparelho de raio-X digital e um aparelho de ressonância magnética, que já foram comprados.

- Estamos, passo a passo, melhorando cada ambiente do Hospital Getúlio Vargas e, nesta modernização, a unidade ganhou um espaço para pacientes com Transtorno do Espectro Autista fazerem exame de encefalograma com o acolhimento das suas famílias. É um orgulho participar desse momento tão importante para a população do Rio de Janeiro e também para os profissionais que trabalham aqui - disse a secretária Cláudia Mello.

**GUERRA NO ORIENTE**

# Depois de pagers, walkie-talkies explodem no Líbano

Um dia depois de explosões simultâneas de pagers usados pelo grupo radical xiita Hezbollah terem ocorrido em vários pontos do Líbano, matando 12 pessoas e ferindo outras 3 mil, walkie-talkies usados pelos militantes do grupo também explodiram ontem.

Uma das explosões ocorreu nos funerais de três membros do Hezbollah e uma criança mortas na sexta-feira na explosão dos pagers, mas foram registrados ataques em diversos pontos do país.

Segundo a agência Reuters, os walkie-talkies, assim como os pagers, tinham sido comprados cinco meses atrás. O Hezbollah evita se comunicar por celular por medo de espionagem por parte de Israel e historicamente recorre a dispositivos com tecnologias offline.

A Cruz Vermelha Libanesa

disse que 30 equipes de ambulância estavam respondendo a "múltiplas explosões" em diferentes áreas do Líbano, incluindo o sul e o leste do país.

Autoridades libanesas acreditam que a agência de espionagem israelense Mossad colocou explosivos dentro de pagers importados pelo Hezbollah meses antes das detonações. A agência tem um longo histórico de operações sofisticadas em solo estrangeiro.

Mais cedo, o Hezbollah reivindicou seu primeiro ataque transfronteiriço desde a série de explosões de pagers, atingindo na tarde desta quarta-feira o que disse serem posições de artilharia israelense com foguetes.

Os ataques não pareciam fazer parte da retaliação esperada pelas explosões do dia anterior, e o grupo disse que foi em resposta aos ataques israelenses no

sul do Líbano.

A crise entre Israel e Hezbollah se agravou depois de que autoridades israelenses declararam na terça-feira que a milícia xiita tinha se tornado um alvo da guerra desencadeada pelos ataques do Hamas em 7 de outubro. No mesmo dia, os ataques contra os pagers foram lançados.

Autoridades americanas disseram na terça-feira que não sabiam do plano para atacar o Hezbollah e Israel não assume oficialmente a autoria dos ataques.

A crescente tensão no Líbano pode agravar o conflito na região. O Irã financia tanto o Hezbollah quanto o Hamas e já trocou disparos com Israel depois da morte de membros da Guarda Revolucionária na Síria.

**GENOCÍDIO**

O ministro da Defesa de Is-

rael, Yoav Gallant, declarou que uma "nova fase" da guerra começou, à medida que as tropas do país direcionam as atenções para a região ao Norte, na fronteira com o Líbano. Ontem de manhã uma série de painéis solares e walkie-talkies explodiram em várias partes do Líbano, segundo a agência oficial de notícias do país. Mais cedo, o Ministério da Saúde libanês confirmou que pelo menos nove pessoas morreram e 300 ficaram feridas.

O chefe do conselho executivo do Hezbollah, Hashem Safieddine, afirmou que o grupo responderá às explosões com "punição especial".

Em seu pronunciamento ontem, Gallant não mencionou as explosões, mas elogiou o trabalho do exército de Israel e das agências de segurança e espionagem, afirmando que os resultados foram "impressionantes".

# Presidente do Irã acusa os EUA de apoiar explosões cometidas por Israel

O presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, acusou os EUA e seus aliados de apoiarem o ataque de pagers explosivos ao Hezbollah no Líbano e na Síria. "Usar dispositivos, feitos para o bem-estar dos seres humanos, como uma ferra-

menta para assassinato e aniquilação" daqueles que não têm as mesmas visões dos EUA, Israel e do Ocidente é "uma indicação do colapso da humanidade, bem como da dominação da selvageria e da barbárie". A citação foi feita no

site do presidente nesta quarta-feira.

"O incidente mostrou mais uma vez que as nações ocidentais e os americanos apoiam totalmente o crime, as mortes e os assassinatos cegos pelo regime sionista, na prática", acrescentou

Pezechkian.

O Irã é o principal apoiador do Hezbollah, o grupo militante libanês que Israel vê como sua ameaça mais direta. Muitos dos combatentes do grupo foram mortos e feridos nas explosões de terça-feira.

# Israel segue com genocídio, enquanto os EUA insistem em acordo de cessar-fogo tendencioso

O secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, afirmou ontem, que as escaladas surpreendentes nas tensões do Oriente Médio ameaçam inviabilizar os esforços para intermediar um acordo de cessar-fogo em Gaza. O secretário conversou com repórteres no Cairo, para onde viajou em busca de dar continuidade às negociações pelo fim dos conflitos na região.

Cada vez que os Estados Unidos e outros mediadores acreditam estar progredindo rumo ao

acordo, aparecem "repetidamente" eventos que "ameaçam desacelerar, parar e descarrilar o acordo", disse Blinken, em resposta a uma pergunta sobre as explosões do dia anterior no Líbano. O secretário reiterou que os EUA ainda estavam reunindo informações sobre as circunstâncias do ataque ao pager e se recusou a fazer comentários mais específicos.

Ministro das Relações Exteriores do Egito, Badr Abdelatty afirmou que a região estava à beira de uma guerra mais am-

pla e criticou as explosões direcionadas de terça-feira no Líbano. "Qualquer escalada, incluindo o que aconteceu ontem, certamente dificulta a obtenção de um acordo de cessar-fogo e a libertação de reféns e detidos", disse Abdelatty. "Certamente, o que aconteceu não só atrapalha as negociações atuais, mas também corre o risco de entrar em uma guerra em grande escala."

As falas ocorreram antes do ministro de Defesa de Israel, Yoav Gallant, declarar que uma

"nova fase" da guerra começou, em meio a uma série de novas explosões de painéis solares e walkie-talkies em várias partes do Líbano. Os ataques não são reivindicados por Israel, mas Gallant elogiou como "impressionantes" os resultados dos trabalhos do exército e das agências de segurança israelenses.

Os EUA, o Egito e outros parceiros internacionais afirmam que o acordo de cessar-fogo entre Israel e Hamas é a melhor chance de conter as tensões regionais mais amplas.

**EUA**

# Guarda Costeira divulga 1ª imagem dos destroços do Titan após implosão

A primeira imagem do submersível Titan após sua implosão fatal em junho de 2023 foi revelada pela Guarda Costeira dos Estados Unidos na segunda-feira passada, primeiro dia de audiência pública sobre as mortes das cinco pessoas a bordo.

A imagem é de 22 de junho de 2023, dias após o incidente que ocorreu dia 18, e foi obtida pela Guarda Costeira dos EUA e pela

Pelagic Research Services. A imagem é uma captura de tela de uma gravação que mostra a cauda do submersível Titan no fundo do oceano. É possível ver também alguns fragmentos da embarcação, que mais tarde foram encontrados pelas equipes de resgate.

As vítimas do acidente morreram após a pressão no fundo do oceano fazer com que o Titan

implodisse na costa de Newfoundland, Canadá. Todas as pessoas a bordo morreram no acidente: o explorador britânico Hamish Harding; o empresário britânico-paquistanês Shahzada Dawood e seu filho Suleman; Stockton Rush, diretor executivo da OceanGate, a empresa americana proprietária do Titan; e o mergulhador francês Paul-Henri Nargeolet.

A Guarda Costeira dos EUA iniciou no dia 16 de setembro uma audiência sobre a implosão do submersível de propriedade privada em uma viagem aos destroços do Titanic no ano passado. A audiência de duas semanas sobre a catástrofe apresentará evidências sobre o que deu errado e se falhas físicas ou de design contribuíram para o acidente.

**Nota****LULA E PUTIN CONVERSAM SOBRE BRICS E UCRÂNIA POR TELEFONE**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu telefonema do presidente da Rússia, Vladimir Putin, ontem. A informação foi divulgada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom) na manhã desta quarta-feira. De acordo com a nota publicada pelo governo brasileiro, os dois conversaram sobre os temas que serão debatidos na cúpula do Brics, que será realizada na Rússia no mês que vem. Também falaram sobre a guerra entre russos e ucranianos, além de temas da relação bilateral Brasil - Rússia. Segundo a Secom, na conversa o presidente Putin também manifestou solidariedade ao Brasil no enfrentamento dos incêndios florestais.

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

